



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO GERAL

Indiaroba, 30 de janeiro de 2023.

EXERCÍCIO 2022

CONTEXTO

O Balanço Geral do Município de Indiaroba integra a prestação de contas anual do Prefeito Municipal o Sr. Adinaldo Do Nascimento Santos e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas **Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal**.

Em 25 de agosto de 2008, foi publicada a portaria do Ministério da Fazenda nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no **Setor Público Brasileiro** quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das **Demonstrações contábeis**, com o objetivo de convergir com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Com isso a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, começou a introduzir mudanças na Contabilidade Pública no sentido de promover de forma gradual as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral deste Município foram elaboradas em consonância:

- Com os dispositivos da Lei Federal nº 4.320/64, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal;
- Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Lei nº 638 de 16/11/2022, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025;
- Lei nº 627 de 08/06/2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022;
- Lei nº 637 de 16/11/2021, que dispõe sobre o Orçamento Programa para o exercício de 2022;
- Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

- Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTs) e outras normas que regulam o assunto;
- E a Resolução do TCE/SE de Nºs 222/02.

DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Da análise do Balanço orçamentário, a receita arrecada foi **superior** à previsão orçamentária em R\$ 24.283.628,81, ou seja, apresentou um **superávit** de arrecadação.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A despesa pública, de acordo com o enfoque orçamentário, compreende todos os dispêndios que derivam da execução das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da entidade, com o objetivo de atender às necessidades da população e que podem ou não causar diminuição da situação líquida das entidades.

Observa-se que a execução da despesa orçamentária atingiu o montante de R\$ 87.775.767,80, dados consolidados (órgãos gestores), que representou 99,80% do total dos créditos autorizados no montante de R\$ 87.952.241,93, gerando uma economia orçamentária.

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

As despesas orçamentárias estruturam-se, segundo a categoria econômica em:

- **DESPESAS CORRENTES**

Classificam-se nesta categoria econômica todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

- **DESPESAS DE CAPITAL**

Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Esses valores podem ser observados no Demonstrativo da Receita e despesa por categoria econômica neste balanço.

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

A classificação das funções de governo é um tipo de classificação orçamentária utilizada pela administração pública e que representa a agregação dos créditos distribuídos pelos grandes objetivos das políticas públicas. As funções de governo são as constantes da portaria nº 42 de 14 de abril de 1999. Podem ser observadas no demonstrativo de despesa por função, subfunção e programas, neste balanço.

- **INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR** – (consideram-se **restos a pagar** as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31/12, distinguindo-se as **processadas** das **não processadas**).
 - Restos a pagar processados (RPP) inscritos no exercício.
 - Assim, a diferença entre despesas liquidadas e as despesas pagas importa na inscrição pelo Município em 2019 de R\$ 813.236,71 de RPP.
 - Restos a pagar não processados (RPNP), inscritos no exercício.
 - Assim, a diferença entre despesas empenhadas e despesas liquidadas, importou em uma inscrição pelo Município em 2019 de R\$ 555.665,01 de RPNP.

a) Das receitas e despesas intraorçamentárias (quando relevante)

Não houveram receitas e despesas intraorçamentárias.

b) Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

Tipo de Credito	Inicial (LOA+demaís leis)	Execução
Suplementar	R\$69.920.000,00*	R\$65.025.861,23*
Especial	R\$114.250,00*	R\$114.250,00*
Extraordinário	R\$0,00*	R\$0,00*
Total	R\$70.034.250,00*	R\$65.140.111,23*

*valores consolidados

- c) A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

Utilização do superávit financeiro	R\$ 2.900.000,00
Excesso de Arrecadação	R\$ 24.252.241,93
Reabertura de créditos especiais e extraordinários	Não houve
Influência no resultado orçamentário	R\$ 27.152.241,93

Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

- d) Não houve atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;
- e) O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados: o ente mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados ao final do exercício faz a inscrição em Restos a pagar Processados.
- f) Foi utilizado “recursos de exercícios anteriores” para financiar despesas orçamentárias do exercício corrente.

BALANÇO FINANCEIRO

O anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, define a estrutura do balanço financeiro, no qual a receita orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a despesa orçamentária segundo sua destinação e funções. Os ingressos e os dispêndios do balanço financeiro para os orçamentos fiscal e da seguridade social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a receita e a despesa orçamentária, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

- a) Deduções da Receita:



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

Deduções da receita	Fonte de recurso	Valor R\$
Dedução FPM	1500.0000- Recursos próprios	R\$5.387.417,82
Dedução ITR	1500.0000- Recursos próprios	R\$1.906,63
Dedução ICMS	1500.0000- Recursos próprios	R\$929.209,27
Dedução IPVA	1500.0000- Recursos próprios	R\$59.835,54
Dedução IPI	1500.0000- Recursos próprios	R\$249,89
Compensações - Cota-Parte Do ICMS -	1500.0000- Recursos próprios	R\$1.341,96
Retificações - FUNDEB	1542.1070- FUNDEB	R\$1.458,65
Total de Deduções		R\$ 6.381.419,76

b) Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas

Órgão	Transferências concedidas	Transferências recebidas
Poder Legislativo	R\$1.251,83	R\$2.140.146,00
Prefeitura Municipal	R\$12.804.150,38	R\$ 334.797,95
Fundo Mun. de Assistência Social	R\$45.140,00	R\$2.922.557,22
Fundo Municipal de Saúde	R\$288.406,12	R\$7.741.447,16
Total	R\$13.138.948,33	R\$13.138.948,33
Valores do Balanço financeiro	R\$13.138.948,33	R\$13.138.948,33

c) Outros Recebimentos Extraorçamentários

Plano Conta FMAS	Valor
Salário Família	R\$20.795,81
Salário Maternidade	R\$13.539,31
INSS Servidores	R\$135.679,13
INSS Prestação de Serviços	R\$2.854,97
IRRF	R\$33.749,76
IRRF Serviço	169,43
ISS	R\$2.798,44
Taxa de administração Municipal – Lei nº 580 e	R\$70,55



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROA

581/2018	
Taxa de administração – Lei nº 580 e 581/2018	R\$ 9.167,26
Sintese	R\$788,73
Sindsep	R\$3.388,04
Empréstimos e financiamentos – CEF	R\$9.716,42
Empréstimos e financiamentos – Banese	R\$31.957,23
Total FMAS	R\$264.675,08
Plano Conta FMS	Valor
Adiantamento A Consorcio - Conivales	43.272,04
Salário Família	38.550,42
Salário Maternidade	49.900,13
Inss Servidores	719.533,63
INSS Prestação De Serviços	2.789,44
Irrf	848.483,50
Irrf Serviços - Fms	4.600,85
Iss	9.330,15
Taxa De Administração - Lei Nº 580 E 581/2018	37.700,45
Pensão Alimentícia - Fms	56.902,86
Sinodonto - Fms	1.145,88
Contribuição Sintasa - Fms	26,47
Famac - Fms	9.826,90
Sintasa - Fms	258,49
Sindsep - Fms	29.575,41
Sindconam - Fms	2.640,00
Empréstimos E Financiamentos - Cef - Fms	319.470,78
Empréstimos E Financiamentos - Banese - Fms	472.309,87
Empréstimos E Financiamentos - Policard - Fms	11.014,35
Desconto Judicial	1.327,65
Total FMS	R\$2.658.659,27
Plano Conta PM	Valor



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

Salário Família	74.792,78
Salário Maternidade	27.503,62
INSS Servidores	2.990.865,71
INSS - Retenção Notas Fiscais	148.989,39
IRRF	3.343.489,43
Impostos E Contribuições Diversas	325,50
ISS	736,13
Taxa De Administração Municipal - Lei Nº 580 E 581/2018	181.982,22
Taxa De Administração - Lei Nº 580 E 581/2018	30,00
Pensão Alimentícia	76.448,77
SINDSEP - PM	39.976,37
SINTESE - PM	123.263,31
FAMAC-SE - PM	231,93
Empréstimos E Financiamentos - CEF	885.097,55
Empréstimos E Financiamentos - BANESE	2.387.768,03
POLICARD CONSIGNADO	27.070,49
IRRF - S/RENDIMENTO DO TRABALHO	282,86
Contribuições Diversas	1.750,00
Imposto Sobre Serviços - ISS	331.901,36
Faltas	309,98
Desconto Judicial	31.601,52
Total PM	10.674.416,95
Plano Conta CÂMARA	Valor
INSS	R\$105.212,82
IRRF	R\$131.147,82
Pensão Alimentícia	R\$21.392,36
Consignação Banese	R\$136.216,20
Total Câmara	R\$393.969,20
Total Geral Consolidado	R\$13.991.720,50



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

d) Outros Pagamentos Extraorçamentários

Plano Conta FMAS	Valor
Salário Família	R\$20.795,81
Salário Maternidade	R\$13.539,31
Empréstimos e financiamentos	R\$2.944,99
INSS Servidores	R\$28.744,78
Taxa de administração – Lei nº 580 e 581/2018	R\$8.092,46
Sintese	R\$695,62
Sindsep	R\$3.207,88
Empréstimos e financiamentos – CEF	R\$10.947,16
Empréstimos e financiamentos – Banese	R\$31.957,23
Total FMAS	R\$120.925,24
Plano Conta FMS	Valor
Adiantamento A Consorcio - Conivales	48.041,89
Salário Família	38.550,42
Salário Maternidade	44.771,27
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - BANESE - FMS	48.250,51
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CEF - FMS	15.637,39
Inss Servidores	92.140,42
Irrf	2.433,46
Taxa De Administração - Lei Nº 580 E 581/2018	26.645,26
Pensão Alimenticia - Fms	56.372,02
Famac - Fms	7.004,29
Sindsep - Fms	30.213,40
Empréstimos E Financiamentos - Cef - Fms	372.496,07
Empréstimos E Financiamentos - Banese - Fms	472.309,87
Total FMS	1.210.316,27



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

Plano Conta PM	Valor
Salário Família	86.916,68
Salário Maternidade	30.319,58
INSS Servidores	112.802,90
INSS - Retenção Notas Fiscais	7.423,72
IRRF	2.960.754,13
ISS	7.264,88
Taxa De Administração Municipal - Lei Nº 580 E 581/2018	58.329,14
Pensão Alimentícia	76.678,30
SINDSEP - PM	33.304,46
SINTESE - PM	125.736,32
FAMAC-SE - PM	128,85
SINDICONAM-SE - PM	420,00
Empréstimos E Financiamentos - CEF	858.408,45
Empréstimos E Financiamentos - BANESE	2.382.365,81
POLICARD CONSIGNADO	30.286,82
IRRF - S/RENDIMENTO DO TRABALHO	282,86
Contribuições Diversas	1.750,00
Imposto Sobre Serviços - ISS	331.901,36
Faltas	593,15
Desconto Judicial	26.709,20
Outros Valores Restituíveis - PM	275,90
Total PM	7.132.652,51
Plano Conta CÂMARA	Valor
INSS	R\$105.212,82
IRRF	R\$131.147,82
Pensão Alimentícia	R\$21.392,36
Consignação Banese	R\$136.216,20
Total Câmara	R\$393.969,20



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

Total Geral Consolidado	R\$8.857.863,22
--------------------------------	------------------------

- e) Metodologia das retenções: é considerada a retenção como paga apenas na baixa da obrigação. Sendo assim, nenhum ajuste foi promovido.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município em 31 de Dezembro de 2022. Mediante sua observação é possível conhecer **qualitativa** e **quantitativamente** a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste ente da federação.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, os ativos segregam-se em **circulante** e **não circulante**, por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se também em **circulante** e **não circulante**. Por fim, são também apresentados o **patrimônio líquido** e o grupo de contas de compensação.

ATIVO CIRCULANTE – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreende depósitos restituíveis e valores vinculados, e outros créditos a receber, com a seguinte disposição:

Créditos a CP	PM	FMS	FMAS	CM	Consolidado
= Créditos a Curto Prazo	R\$780.695,27	R\$ 68.657,75	R\$2.944,99	R\$0,00	R\$852.298,01
-Dívida Ativa Tributária	R\$763.513,65	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$763.513,65
-Adiantamento A Consorcio - Conivales	R\$0,00	R\$4.769,85	R\$0,00	R\$0,00	R\$4.769,85
-Salário Família	R\$12.123,90	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$12.123,90
- Salário Maternidade	R\$5.057,72	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$5.057,72
- Empréstimo Banese	R\$0,00	R\$48.250,51	R\$2.944,99	R\$0,00	R\$51.195,50
- Empréstimos E Financiamentos - Cef	R\$0,00	R\$15.637,39	R\$0,00	R\$0,00	R\$15.637,39



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o **custo médio ponderado**, conforme disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64. As informações do valor dos estoques finais constantes no balanço patrimonial são provenientes dos respectivos sistemas de almoxarifados da Prefeitura Municipal, Fundos Municipais, da Administração Indireta e Câmara.

ATIVO NÃO CIRCULANTE – ATIVO REALIZÁVEL – LP

A conta créditos a longo prazo é representada em grande parte pela dívida ativa do município, que é constituída por impostos vencidos e não pagos no exercício, compreendendo principal, juros, multa e correção monetária.

Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de diversas prerrogativas jurídicas que ampliam significativamente as possibilidades de cobrança, apresentam por certo grande probabilidade de conterem em seu escopo créditos que não se realizarão.

ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

PASSIVO CIRCULANTE – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – CP

Este grupo é representado pelos diversos **empenhos liquidados**, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominado de “**Restos a pagar processados**” para as despesas com folha de pagamento e encargos sociais a pagar.

PASSIVO CIRCULANTE – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – CP E DEMAIS OBRIGAÇÕES – CP

O grupo de contas Fornecedores e contas a pagar – CP é representado pelos diversos **empenhos liquidados**, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominado de



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

“Restos a pagar processados”. Compreende também parcela a vencer, de **precatórios a pagar**, reclassificados do **longo prazo** para o **curto prazo** e contrapartida do **ativo circulante**, relativo aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/SE, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo demais obrigações a CP: é composto pelas contas de **consignações, depósitos e cauções, outros depósitos**. O detalhamento desse grupo encontram-se nos Demonstrativos de Passivo financeiro e Permanente.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE – DEMAIS OBRIGAÇÕES A LP

O grupo demais obrigações – LP monta em R\$ 28.677.893,52, sendo composto:

Pessoal A Pagar De Exercícios Anteriores	R\$ 691.059,70
Contribuições Previdenciárias - Débito Parcelado	R\$ 23.843.556,50
Contribuições Sociais - Débitos Parcelados	R\$1.372.616,56
Precatórios De Contas A Pagar - Regime Ordinário - A Partir De 05/05/2000 - Vencidos E Não	R\$2.770.660,76

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado acumulado no exercício foi deficitário de R\$ 15.184.962,18, sendo R\$ -11.763.055,20 sendo do exercício e R\$ - 3.421.906,98 de exercícios anteriores.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das variações patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o **resultado patrimonial**, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas.

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, baixas de investimento e/ou constituição ou reversão de provisões.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A **demonstração do Fluxo de Caixa – DFC** apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- a.As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b.Os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c.O saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Observa-se que o município teve geração de caixa das atividades operacionais da Entidade no montante de R\$-2.749.919,81, devido ao aumento das despesas.

As atividades de investimento demonstram que houve uma redução do capital circulante líquido da Entidade, que investiu recursos líquidos de R\$5.555.046,09 em Ativo Não Circulante.

As atividades de financiamento obtiveram resultado deficitário de R\$ 3.288.310,78, que se refere principalmente a receitas de capital de R\$ 0,00 recebidas em comparação ao desembolso com amortização/refinanciamento da dívida no montante de R\$ 3.288.310,78.

Não houve contratação de operação de crédito no exercício

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Sergipe, TCE/SE

ADINALDO DO NASCIMENTO SANTOS

PREFEITO

JOSE VALMIR DOS PASSOS

CRC/SE 4.111